

Metodologia da Resistência Transcestral: Pensando gênero a partir da teoria, da vivência e da articulação política

Lucas Silva Dantas¹

Resumo: A metodologia da resistência transcestral nasce como uma possibilidade de estudar e explorar gênero a partir de três perspectivas: dos movimentos sociais, da produção acadêmica e da transcestralidade. Esses três caminhos integram historicamente a resistência que se manifesta sob diferentes óticas no que significa viver e pensar gênero, seja pela vivência dos corpos dissidentes de gênero contra o sistema cisheteroterrorista, seja pelo caminho da militância e do ativismo através do movimento social organizado ou pelo viés acadêmico de produção e sistematização acerca das questões de gênero e sexualidade. A partir dessa tripolaridade de caminhos e perspectivas é que nasce a possibilidade de sistematizar essa metodologia, que tem como objetivo enlarguecer o debate considerando o viés decolonial de enxergar não somente na produção teórica, mas na insurgência dos sujeitos e movimentos dissidentes, contribuições potentes e insurgentes, que foram por vezes negadas e hierarquizadas na academia.

Palavras-chave: gênero, metodologia, resistência, transcestralidade.

¹ É pesquisadore de gênero, sexualidade e corpos dissidentes na educação. É licenciade em Letras-Português pelo Instituto Singularidades, Mestre e Doutorande em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É docente no Instituto Singularidades ministrando disciplinas relacionadas a gênero e sexualidade na Pós-Graduação. Contato: lucaseducadore@gmail.com

A ideia de produzir esse texto e construir esse pensamento enquanto uma metodologia nasce da minha experiência enquanto uma pessoa Trans Não Binária, pesquisadora e formadora de gênero e sexualidade, integrante do Movimento LGBTI+ brasileiro. Ao longo dessa trajetória como pesquisadora e formadora de gênero e sexualidade percebi que a história dos corpos LGBTI+ tem lacunas, buracos e apagamentos sistêmicos em sociedade, lidar com essa consciência me fez perceber que não bastava acessar a produção teórica e acadêmica, mas investigar sobretudo as narrativas que não foram sistematizadas, as histórias não oficializadas e as contribuições ainda não identificados no espaço acadêmico.

Meu reconhecimento enquanto uma pessoa LGBTI+ se deu em 2013 antes da entrada no espaço acadêmico. A busca por um pertencimento LGBTI+ crescia de forma latente depois de ter migrado do interior de Minas Gerais para São Paulo não apenas procurando estudo e trabalho, mas também a possibilidade de me constituir e me emancipar enquanto sujeito. As ruas e os bares foram locais de produção dessa consciência, que emerge como um presente para quem sempre esteve acostumado a viver em suma maioria em ambientes de predominância cisheterossexuais, mas elas foram apenas uma parte do todo.

Nesta caminhada percebi que a arte também era um espaço de construção dessa identidade, minha entrada no teatro e na companhia (Im)pertinente Trupe Constraste em 2015, uma companhia que tem como objetivo construir um teatro juvenil com foco na temática LGBTI+, também foi propulsora dessa consciência. Foi durante esse processo que conheci ativistas do movimento LGBTI+, sobretudo mulheres transexuais e

travestis que estavam ocupando diversos espaços não somente artísticos pautando visibilidade trans e tantas outras questões pertinentes na época.

Foi através do contato com essas pessoas que eu pude inclusive entender que os meus processos não diziam somente respeito a orientação sexual, mas de identidade de gênero. Eu necessitava compreender na época como eu poderia construir uma identidade fora da binariedade e se ela era realmente possível. Fui formada por diversas companheiras de luta que me estenderam a mão e me fizeram crer que isso era uma possibilidade, hoje tenho dimensão de que elas me salvaram e me proporcionaram uma consciência e um pertencimento que eu não tinha.

Depois desse processo entre no curso de Letras em 2016 no Instituto Singularidades, onde fiquei até 2019 no fim da licenciatura. Nesse meio tempo tive contato com a necessidade de continuar pensando sobre as questões LGBTI+ interseccionadas na educação. Foi quando enxerguei na literatura a possibilidade de desenvolver um trabalho no projeto Transcidadania e buscar ler tudo o que havia sido publicado sobre nós, nem sempre por nós.

Durante essa passagem articulei diversos debates na universidade, comecei a pensar em inclusão, cotas, permanência, currículo, dados, violência, produção epistêmica e uma série de outras coisas todas relacionadas a gênero e a sexualidade. Uma demanda imensa começou a surgir, de escolas e instituições promovendo eventos para debater essa questão, de professores cobrando esse debate dentro das escolas públicas e privadas, de pessoas querendo indicação, produção, material e qualquer coisa que pudesse indicar uma direção.

Foi quando comecei a me debruçar sobre as diversas fontes que podemos acionar quando queremos desenvolver um debate sobre gênero e sexualidade. Fui me formando nos espaços públicos e privados com as pessoas LGBTI+, com os livros e a produção teórica que existia, com a articulação política dos movimentos sociais que fui conhecendo. Percebi que nunca era suficiente beber de uma só fonte, que eu teria que

ter a mutabilidade de Exu e a sagacidade de Zé Pilintra, habitar várias encruzilhadas para entender sobre elas.

Em 2019 entrei no mestrado no programa de Educação: História, Política, Sociedade da PUC São Paulo, realizei a minha dissertação investigando a produção de mulheres negras, indígenas, trans/travestis e com deficiência sobre resistência e transgressão na educação. Criei a metodologia da encruzilhada epistêmica para dar conta desse trabalho e por perceber que muitas vezes a ausência de uma metodologia que dialogue diretamente com o objeto e o problema de pesquisa pode afundar uma produção. No resultado da dissertação me dei conta que todas as pesquisadoras que estudei tinham ligação direta com o movimento social, habitavam a academia e traziam vozes subalternas para dentro dos seus textos.

Tudo isso me fez perceber que meu processo enquanto pesquisadore e formadore de gênero e sexualidade não se deu unicamente na academia, mas nessa pluralidade de construção de saberes que estão fora deste ambiente, que estão nas margens do mundo, mas que se constituem enquanto fontes poderosas para contribuir com o deslocamento das questões de gênero e sexualidade em sociedade. O que defendo aqui como metodologia da resistência transcestral é a união de três fontes e articulações distintas, mas que se complementam a partir do momento que legitimamos a importância da existência de cada uma delas e do cruzamento que pode ser feito nesta grande encruzilhada, para que ela possa ser utilizada para pensar as questões de gênero e sexualidade, não somente nos espaços acadêmicos, mas em muitas outras possibilidades.

Transcestralidade

Há livros que são inscritos com o sangue, com o rastro dos corpos marcados pela violência cisheteroterrorista, pela resistência que foi e é manifestar com vida a

celebração de um corpo que vive e sobrevive para além dos projetos de morte da LGBTIfobia. Não há como medir ou mensurar a contribuição de todes aqueles que, tornados dissidentes de gênero e sexualidade, contribuíram para que a história tivesse que lidar dura ou levemente com os seus corpos-denúncia. Nem todas as contribuições históricas de gênero e sexualidade enveredaram pelo caminho do movimento social organizado ou mesmo permearam o espaço das universidades e os modos de produção do conhecimento. Para a Transpóloga e Artista Renata Carvalho, essas resistências fazem parte da transcestralidade.

Na verdade, “transpologia” é o nome do meu estudo científico sobre a historicidade, transcestralidade, memória, identidade e a corporeidade trans/travesti. Este estudo teve início em 2007 quando me tornei agente de prevenção voluntária pela secretaria de saúde de Santos, trabalhando com travestis e mulheres trans na prostituição por 11 anos. A universidade veio aos 39 anos, minha pesquisa chegou primeiro do que eu. Compreender essa estrutura transfóbica, as construções sociais e o imaginário brasileiro sobre o corpo e a identidade travesti foi e é fundamental para poder debatê-lo com ética e responsabilidade no meu trabalho artístico (CARVALHO, 2022).

Na transpologia² estudada por Renata Carvalho, é necessário perceber as dimensões que as corporalidades trans e travestis foram assumindo ao longo da história, seja pelo olhar cisgênero e transfóbico nas capas de revista, nas matérias e publicações jornalísticas, nas diversas representações culturais envolvendo o cinema, a literatura, a televisão, a música, entre outras linguagens. É inegável que, diante do apagamento físico e epistêmico destas existências, há que se buscar uma diversidade de fontes para preencher a lacuna que se coloca historicamente sobre elas.

Para o professor Renan Quinalha (2022) “a história LGBTI+ é um inventário em negativo, composto por ausências, lacunas e silenciamentos” (p. 17). Existe uma dificuldade epistêmica em trabalhar com fontes que historicamente foram apagadas,

² Para aprofundamento neste conceito ver o livro Manifesto Transpofágico (2022), publicado pela Editora Monstra.

queimadas, destruídas e soterradas pela violência a que todas essas existências foram submetidas. Desta forma, “há o desafio de elaborar um inventário de acontecimentos significativos que, soterrados pelo estigma e pela violência, acabaram invisibilizados ou apagados das narrativas hegemônicas” (QUINALHA, 2022, p. 17).

A transcestralidade, enquanto dispositivo de busca, reconhecimento e compreensão trazida por Renata Carvalho se mostra como uma possibilidade de assumirmos enquanto pesquisadores acadêmicos que esses sujeitos históricos carregam a memória daquilo que foi e parte da solução para transver aquilo que virá. Existe um caminho possível na exploração destas existências seculares e no rastro que elas deixaram, seja as que ainda existem ou as que se foram e cravaram suas passagens dilatadas em registros como imagens, vídeos, documentos históricos, autobiografias, poesia, notas de jornais, entre outras fontes.

Uma prova dessa exploração transcestral como forma de contribuição para produção acadêmica é o trabalho “Pedagogia da Desobediência: Travestilizando a Educação” desenvolvido pela pesquisadora, pedagoga e Iyálorixá Thiffany Odara. Na pesquisa Thiffany parte do relato oral de experiências individuais e coletivas de grandes matriarcas do movimento de travestis e transexuais no Brasil, entendendo suas sujeitas de pesquisa não como entrevistadas, mas como coautoras do seu trabalho. É através da contribuição de Keila Simpson, Andreza Belluchi, Tiane e Millena Passos que a autora parte para narrar as possibilidades de travestilizar a educação utilizando “caminhos que tecem e se constituem em processo pedagógico de aprendizagem” (ODARA, 2020, p. 50).

No entanto, as entrevistas não são o único meio de trazer a transcestralidade para dentro de um trabalho acadêmico, visto que muitos desses sujeitos históricos não estão mais vivos. Um outro exemplo cabível neste caminho é a pesquisa de Caio Jade Puosso Cardoso Gouveia Costa (2021) em que analisa as autobiografias “Erro de pessoa: Joana ou João?” (1984) e “Viagem solitária: memórias de um transexual 30 anos depois”

(2011) de João W. Nery, para investigar as lutas por reconhecimento das expressões de sexo/gênero do autor a partir do uso e da reformulação das categorias médico psiquiátricas sobre experiências transexuais. No artigo intitulado “João W. Nery e a reformulação de estereótipos de sexo/gênero” ele conclui que “Nery reformula certos estereótipos de sexo/gênero e aponta para a existência de outras ordens, culturas e naturezas que permanecem como ininteligíveis às lógicas normativas hegemônicas” (COSTA, 2021, p. 144).

Assim, investigar a transcestralidade é uma possibilidade de nos conectarmos as questões de gênero e a maneira como eram impostas através da história, entendendo como os corpos dissidentes de gênero conseguiram subvertê-la, reconstruí-la e driblá-la. Para além de uma existência individual, trata-se do retrato de uma época, da denúncia de um sistema inteiro, de uma resistência que encontrou morada naqueles e naquelas que ousaram tombar o sistema sexo-gênero-desejo.

Movimentos Sociais

Os grupos e associações pertencentes ao movimento LGBTI+ constituíram desde a década de 70 no Brasil um vasto histórico de luta por direitos humanos, de denúncia através da sistematização dos assassinatos e dos casos de violência, de propostas frente a cada momento histórico e suas demandas distintas. Foram lugares de articulação e agrupamento daqueles que tiveram que demarcar o seu lugar em sociedade, que inexistiam para o estado, mas que eram constantemente o alvo da política, da violência, da desumanidade.

O Grupo Gay da Bahia (GGB), Grupo Somos, Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), Instituto Brasileiro De Transmasculinidades (IBRAT), Associação Brasileira de Intersexos (ABRAI), entre

muitos outros grupos e associações LGBTI+, foram de extrema importância na luta histórica por políticas públicas, no desenvolvimento de uma consciência crítica sobre pertencimento, na elaboração de termos e conceitos representativos destas identidades, entre muitas outras conquistas. Opondo-se às perspectivas salvacionistas, suas/seus integrantes tendem a se compreender como sujeitas/os em busca de emancipação através de uma atuação que reivindica um caráter autônomo, construído por via de um diálogo orgânico com suas/seus integrantes (PASSOS, 2022, p. 34).

No livro *Pedagogias das Travestilidades* (2022), a pesquisadora Maria Clara Araújo dos Passos investiga como o Movimento de Travestis e Transexuais do Brasil se constituiu como um movimento educador e de construção pedagógica sobretudo para aquelas que eram expulsas ou não permaneciam nas escolas diante da violência transfóbica. Para a autora são pedagogias que não escondem sua forte ligação com a vida, com a concretude da existência – considerando que existência e conhecimento, para os movimentos sociais latino-americanos, caminham conjuntamente (PASSOS, 2022, p. 110).

Outro exemplo é a dissertação “Entre a Militância e a Gestão Pública: Contribuição dos movimentos sociais na construção das políticas públicas para LGBT na cidade de Belo Horizonte/MG”, escrita por Carlos Magno Silva Fonseca (2020), na qual analisa, por meio de levantamento bibliográfico e documental, a contribuição do movimento LGBT de Belo Horizonte na constituição da Política Pública para a população LGBT na capital mineira entre os anos de 2007 e 2017. Segundo o autor, “o conceito de identidade coletiva ajuda a perceber que a relação dos grupos LGBT com o Estado foi sempre conflituosa e todas as conquistas resultaram de embates, contradições e lutas” (FONSECA, 2020, p. 31).

Em BH a militante de maior visibilidade da história do movimento LGBT mineiro foi uma lésbica, negra, sindicalista, classe popular e socialista Soraya Menezes. Ela protagonizou várias lutas pelos direitos LGBT, fundou a primeira organização lésbica de Minas Gerais, a primeira Parada do Orgulho

LGBT, na época chamada de Macha do Orgulho Homossexual, a primeira Caminhada de Visibilidade Lésbica e o primeiro casamento entre pessoas do mesmo sexo em Minas Gerais.

Desta forma, explorar a contribuição dos grupos e associações do movimento LGBTI+, seus integrantes e componentes é um modo de compreender a luta pelos direitos e o combate a violência de gênero e sexualidade em sociedade. É falar de pessoas que se articularam politicamente e mudaram o rumo da história, que fizeram emergir saídas de baixo para cima, tendo em vista o lugar social marginalizado que ocupam, todas essas são fontes históricas para nos lembrar da potência e da pluralidade da resistência LGBTI+ brasileira.

Produção acadêmica

Em 2012, Luma Nogueira de Andrade defendeu a tese "Travestis Na Escola: Assujeitamento E Resistência A Ordem Normativa" no Curso de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Ceará, e se consagrou como a primeira Doutora Travesti do Brasil. Para a autora o debate sobre a identidade travesti no espaço acadêmico era repleto de estereótipos, superficialidade e transfobia, a ausência de pesquisas sobre a travestilidade na educação fez com que sua pesquisa fosse uma contribuição inovadora em múltiplos sentidos nas produções sobre educação, seu trabalho carrega com profundidade denúncias que desmantelam como a transfobia opera no espaço da escola.

Sobre o assujeitamento, a maioria dos discursos de gestores(as), professores(as) e alunos(as) coloca as travestis à margem, como seres anormais, destituídas de direitos (...) são ocultadas, negadas e/ou violentadas na sociedade e na escola. A negação das travestis no espaço da sala de aula resulta no confinamento e na exclusão, que as transforma em desviantes e indesejadas. Quando isso ocorre no ambiente escolar, a pressão normalmente é tão intensa que impele as travestis a abandonar os estudos, sendo disseminada a ideia de que foi sua própria escolha. Esta justificativa tenta

mascarar o fracasso da escola em lidar com as diferenças, camuflando o processo de evasão involuntária induzido pela escola. Compartilho opinião com Berenice Bento quando relata que há por parte dos que fazem a escola —um desejo de eliminar e excluir aqueles que contaminam o espaço escolar, no caso as travestis, camuflando o processo de —expulsão como evasão. A transfobia na escola é um problema que foi vivido por todas as travestis entrevistadas, e é um dos fatores que contribuem para sua formação escolarizada, o que significa também dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e marginalização, cuja cidadania é negada (ANDRADE, 2012, p. 248).

Em 2017 Megg Rayara Gomes de Oliveira defendeu a tese “O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação” e se consagrou como a primeira travesti negra a obter o título de doutora na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Na sua pesquisa a autora narra a dificuldade de encontrar trabalhos que trouxessem a questão de gênero e sexualidade articulada às questões de raça. Ao perceber a necessidade desse entrelaçamento sua pesquisa também foi um marco para a educação brasileira, desvelando o racismo e a LGBTIfobia presente na história de vida dos professores entrevistados.

O respeito oferecido em bandejas de prata para os professores cisgêneros brancos heterossexuais é constantemente negado para aqueles que não se encaixam nesse perfil. O gay afeminado, o viado, a bicha preta precisa demarcar espaços. Reivindicar um respeito que sua corporeidade parece não merecer. As hierarquias de gênero e de orientação sexual observadas em outros espaços são reforçadas na escola, e a sala dos professores e professoras se torna um campo de batalha. A bicha preta se posiciona, bate o pé, exige respeito, mostra ao que veio (OLIVEIRA, 2017, p. 161).

A presença das pessoas LGBTI+ no espaço acadêmico, principalmente as travestis, mulheres transexuais, homens trans, não binários, entre outras identidades trans, desestabilizou uma lógica cisheteronormativa presente nas pesquisas acadêmicas e na constituição dos currículos das universidades. São presenças que vieram confrontar a colonialidade do saber presente nas universidades brasileiras, que por muito tempo tratou as questões de gênero e sexualidade com superficialidade ou até mesmo como

inexistente. Elas trouxeram para além da representatividade uma excelência acadêmica e epistêmica, que fez com que ao longo desses anos tivéssemos uma rede de produções sobre gênero e sexualidade constituindo outros saberes, com outros paradigmas.

Sem dúvida alguma o espaço acadêmico é uma grande ferramenta da formulação, sistematização e legitimidade do saber científico. Podemos citar ainda inúmeras outras contribuições que marcaram as produções de gênero e sexualidade, que fizeram com que essa temática se tornasse cada vez mais insurgente nas escolas e universidades, ainda que sob o ataque de grupos conservadores que insistem em barrar e soterrar a discussão. Todos esses trabalhos realizados fundamentam teorias que servem de base para pensar o que é gênero e sexualidade, desvelar o véu das desigualdades, expor processos camuflados, propor saídas e possibilidades outras de construir humanidade, políticas públicas, documentos que norteiam processos históricos.

Conclusão

Seja na teoria através da produção acadêmica, na vivência através da transcestralidade, ou na articulação política através do movimento social, as questões de gênero e sexualidade estão colocadas em sociedade em diversos fatores na sua integralidade. Enquanto pesquisadores, formadores e sujeitos que desejam imergir nessa discussão precisamos compreender esses três eixos como produtores de saberes e ações que produziram historicamente cortes e fissuras contra a cisheteronormatividade.

Parte da colonialidade do poder é não enxergar nos eixos não acadêmicos saberes e construções capazes de nos conduzir rumo a uma nova epistemologia de mundo. Honrar a transcestralidade é honrar as transidentidades que nos antecederam e resistiram a sua maneira sem nem pensar um dia em habitar a escola e a universidade, valorizar os saberes e as propostas elaboradas pelos movimentos sociais é entender essa

articulação política como essencial na linha de frente contra tudo aquilo que nos mata e aniquila, mas que também constrói a sua maneira potencialidades pedagógicas.

A metodologia da resistência transcestral é o que torna possível convocar essas três forças para o centro dessa encruzilhada e oferecer uma possibilidade de deslocamento, não apenas para formações ou trabalhos acadêmicos, mas em todas as vezes em que desejamos desmantelar a LGBTIfobia e as violências de gênero. Recorrer a essa resistência é travar essa guerra em diferentes campos de batalha, unindo todas as forças para a luta. Porque de uma certa forma essa tem sido a nossa sobrevivência e a forma como resistimos, vivendo, teorizando e se articulando politicamente.

Referências

- ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. Fortaleza, UFC, 2012. 278 f.
- CARVALHO, Renata; TRÉZ, João Gabriel. **Entrevista: atriz Renata Carvalho fala sobre cinema, fabulação e permanência**. *Jornal O Povo*, 2022. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/vidaarte/2022/08/10/entrevista-atriz-renata-carvalho-fala-sobre-cinema-fabulacao-e-permanencia.html> . Acesso em: 18 out. 2022.
- COSTA, Caio J. P. C. G. **João W. Nery e a reformulação de estereótipos de sexo/gênero**. *Cine-Fórum UEMS*, V. 2, N. 2, 2021. Disponível em: <https://anaisonline.uems.br/index.php/cineforumuems/article/view/7560> . Acesso em: 18 out.2022.
- FONSECA, Carlos Magno Silva. **Entre a Militância e a Gestão Pública: Contribuição dos movimentos sociais na construção das políticas públicas para LGBT na cidade de Belo Horizonte/MG**. Faculdade Latino-Americana De Ciências Sociais Fundação Perseu Abramo, 2020. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/16701/2/TFLACSO-2020CMSF.pdf> . Acesso em: 25 out.2022.
- ODARA, Thiffany. **Pedagogia da desobediência: travestilizando a educação**. 1ª ed.. Salvador/ BA. Editora Devires, 2020.
- OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente: (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. – Curitiba, 2017.
- PASSOS, Maria Clara Araújo dos. **Pedagogias das Travestilidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.
- QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+: Uma breve história do século XIX aos nossos dias**. 1ª ed.. Belo Horizonte/ MG: Editora Autêntica, 2022.

Transcultural Resistance Methodology: Thinking about gender from theory, experience and political articulation

Abstract: The methodology of transcultural resistance was born as a possibility to study and explore gender from three perspectives: social movements, academic production and transculturality. These three paths historically integrate the resistance that manifests itself from different perspectives on what it means to live and think about gender, whether through the experience of gender dissident bodies against the cisheteroterrorist system, or through the path of militancy and activism through the organized social movement or through the bias academic production and systematization on issues of gender and sexuality. From this tripolarity of paths and perspectives, the possibility of systematizing this methodology is born, which aims to broaden the debate considering the decolonial bias of seeing not only in theoretical production, but in the insurgency of dissident subjects and movements, potent and insurgent contributions. , which were sometimes denied and prioritized in the academy.

Keywords: gender, methodology, resistance, transculturality.

Recebido: 11/11/2022

Aceito: 28/01/2023